

# Invasores forçados a pagar lotes

Renato Alves  
Da equipe do **Correio**

**E**les levantaram seus barracos de lona e madeirite. Enfrentaram a polícia. Se organizaram numa cooperativa. Agora, cerca de 4 mil famílias que invadiram há cinco meses um terreno equivalente a 50 campos de futebol, entre o Paranoá e Sobradinho, estão sendo obrigadas a pagar R\$ 100 de mensalidade à cooperativa, hoje comandada por um homem que diz ter a posse da terra. Quem não paga está sendo ameaçado de despejo.

Tudo acontece num terreno da União, que pertence à Polícia Federal. A área tem 50 hectares e fica à margem da DF-250, entre os condomínios Itapuã e Novo Horizonte. As denúncias de extorsão, ameaças e parcelamento irregular de terra pública contra a Cooperativa Habitacional dos Inquilinos e Arrendatários Rurais do Distrito Federal foram feitas pelos próprios invasores à Gerência Regional de Patrimô-

nio da União (GRPU) — órgão do governo federal que fiscaliza todas as áreas da União dentro do distrito Federal.

O presidente da cooperativa, João dos Reis, 38 anos, confirma cobrar R\$ 1.100 por cada lote. O pagamento é dividido em 11 parcelas de R\$ 100. As cobranças são feitas por meio de notas promissórias. “O Rubens Sales (que dizia ter a posse da terra) nos passou o direito sobre o terreno. Quem não pagar vai ser retirado de lá”, tentou explicar.

Reis admite que a Justiça não o reconhece — nem a Rubens Sales, que trava uma batalha judicial com a GRPU — como dono do terreno. “A área é muito usada politicamente. Tem gente que vai até lá e promete aos invasores que o governo vai lhes dar o lote. É uma mentira. A terra está *sub-judice*”, sustenta Reis.

Ele se refere a dois assessores do deputado distrital José Edmar (PMDB): o advogado Ennio Bastos e Pedro Maravalha, conhecido como Pedro Barbudo.

Acácio Pinheiro



**CÉLIA, DONA DE UMA MERCEARIA NA INVASÃO: “ELES FALARAM QUE EU TINHA QUE PAGAR PARA FICAR. ENTÃO, ASSINEI”**

## ENTENDA O CASO

**■** O condomínio Itapuã IV tem área de 50 mil m<sup>2</sup> e foi invadido em 21 de setembro de 2001. Hoje, abriga cerca de 4 mil famílias. Além dessa, há outra área da União e duas áreas particulares invadidas na região.

**■** A ocupação de Itapuã IV, pertencente à União, aconteceu na mesma semana em que uma liminar do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios barrou a implantação da Expansão do Paranoá.

**■** Em dezembro, o juiz Osmane Antônio dos Santos, da 3ª Vara Federal, concedeu liminar à GRPU para que a área fosse desocupada. Mas, um dia antes da retirada, quatro invasores conseguiram na Justiça suspender a liminar da desocupação. A decisão foi estendida aos demais invasores e a remoção foi suspensa.

**■** Formada para organizar a invasão, a Cooperativa Habitacional dos Inquilinos e Arrendatários Rurais do Distrito Federal, começou a cobrar, no final de janeiro, R\$ 1.100 por cada lote. A Polícia Federal investiga o caso, considerado crime pela GRPU.

## Disputa entre líderes

O presidente da cooperativa, João dos Reis, acusa assessores do deputado distrital José Edmar (PMDB) de usar politicamente os invasores. Ele se refere ao advogado Ennio Bastos e ao líder comunitário Pedro Barbudo. Ennio sempre se apresentou como advogado da cooperativa. Já Barbudo é acusado de ser o líder da ocupação do Itapuã IV e de duas outras áreas públicas vizinhas.

Barbudo, por sua vez, acusa Reis de grileagem. “Tomamos a terra de um grileiro (Rubens Sales) para pagar para outro grileiro (João dos Reis)? Isso não está certo.”

Ennio Bastos não foi encontrado ontem pela reportagem.

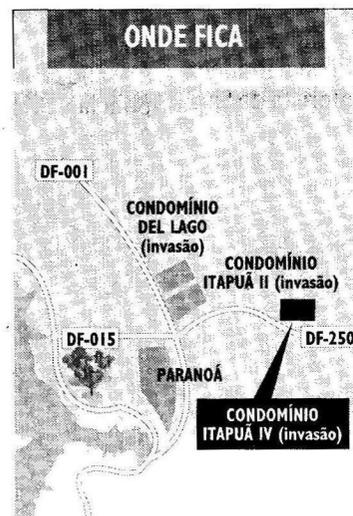
Os invasores não escondem a irritação com a cooperativa. Dizem estar sendo pressionados a assinar 11 notas promissórias para poderem permanecer na invasão. “Eles (funcionários da cooperativa) trouxeram um tanto de papel e falaram que eu tinha que pagar para ficar. Então, assinei”, denuncia a dona de uma mercearia na quadra 2 da invasão, Célia Regina da Silva Leite, 28 anos. A primeira promissória dela vence no

dia 10 de março.

Segundo os moradores, funcionários da cooperativa vão de barraco em barraco com as promissórias para cobrar o pagamento. Outra tática é o uso de carro de som. “O carro de som passa todos os dias pressionando o pessoal a pagar. Eu não vou pagar de jeito nenhum”, comenta o pedreiro Gasparino Pinheiro de Araújo, 30 anos.

Os moradores até concordam em pagar alguma taxa pela terra que invadiram. Mas acreditam que a área pertença à União. “Se a gente tiver que pagar, vai pagar para o governo. A terra não é dele?”, pondera Antônio Alves, 36, que mora na invasão e vive dos fretes que faz para os vizinhos em seu caminhão de 1980.

As queixas dos invasores foram formalizadas na GRPU no dia 4 de fevereiro. No mesmo dia, o gerente do órgão, Raimundo Ribeiro, mandou a denúncia para a Superintendência da Polícia Federal no DF. “O senhor Rubens Sales nunca teve a posse da terra. Menos ainda o João dos Reis. A área é da União e está *sub-judice*. Assim, não poderia estar sendo comercializada. O que estão fazendo é crime”, disse Ribeiro.



## QUEM É QUEM

José Varela 4.10.01



### ENNIO BASTOS

**■** Advogado do deputado distrital José Edmar (PMDB) e da Comissão de Assuntos Fundiários da Câmara Legislativa, defende os invasores do Itapuã IV. Ajudou a fundar a Cooperativa Habitacional dos Inquilinos e Arrendatários Rurais do Distrito Federal, entidade que representa os invasores do Paranoá.

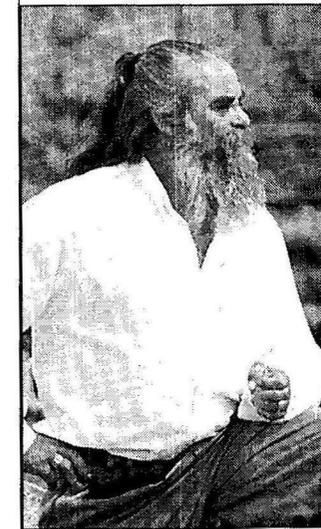
### JOÃO DOS REIS

**■** É o novo presidente da cooperativa. Coordena a cobrança de taxas dos invasores do Itapuã IV. Diz que Ennio Bastos nunca fez parte formalmente da cooperativa e acusa o advogado de usar a entidade para se promover politicamente. Afirma que o proprietário da área transmitiu para ele a posse do terreno.

### RUBENS SALES DE OLIVEIRA

**■** Diz ser o dono da terra onde está o Itapuã IV e teria transferido os direitos para João dos Reis. Trava uma batalha judicial com a União pela propriedade.

Carlos Vieira 10.5.01



### PEDRO BARBUDO

**■** Assessor do deputado José Edmar, é líder das invasões do Paranoá, entre elas a do Itapuã IV. Acha que os invasores têm que pagar pela terra em que moram, mas o pagamento tem que ser feito para a União.